UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

CURSO DE FONOAUDIOLOGIA

Natália da Silva Braga

O DEBATE SOBRE TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS NA VISÃO DE DOCENTES DE CURSOS SUPERIORES DE FONOAUDIOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2023

NATÁLIA DA SILVA BRAGA

O DEBATE SOBRE TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS NA VISÃO DE DOCENTES DE CURSOS SUPERIORES DE FONOAUDIOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Fonoaudiologia da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, sob orientação da professora Dra. Aline Aver Vanin e co-orientação da professora Dra. Fabiana de Oliveira.

Porto Alegre

2023

Catalogação na Publicação

Braga, Natália da Silva
O debate sobre temáticas étnico-raciais na visão de docentes de cursos superiores de fonoaudiologia do Rio Grande do Sul / Natália da Silva Braga. -- 2023.
29 p. : tab. ; 30 cm.

Monografia (trabalho de conclusão de curso) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Curso de Fonoaudiologia, 2023.

Orientador(a): Prof. Dra. Aline Aver Vanin ; coorientador(a): Prof. Dra. Fabiana de Oliveira.

1. Relações étnico-raciais. 2. Fonoaudiologia. 3. Universidade. 4. Racismo. I. Título.

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFCSPA com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Resumo

Nas graduações dos cursos de Fonoaudiologia das universidades do Rio Grande do Sul ainda parecem ser escassos os debates sobre diversidade e representatividade. Esta pesquisa busca investigar se e como ocorre o debate a respeito das temáticas de relações étnico-raciais na percepção de docentes de cursos superiores de Fonoaudiologia do RS. A pesquisa contou com 34 docentes participantes, que primeiro, responderam a um questionário e, segundo fizeram parte de entrevistas em grupo/individual, examinadas pelo método de análise de conteúdo. Constatou-se que ainda existe silenciamento sobre assuntos étnico-raciais nas universidades. Participantes demonstraram receio de aprofundar o tema nas disciplinas e aquelas/es que lecionam cadeiras mais técnicas apontaram dificuldade para abordá-lo. O sistema educacional é um pilar de manutenção do racismo e consolidação de discursos hegemônicos. Pessoas negras, indígenas e quilombolas devem ocupar mais lugares nas Instituições de Ensino, assim como professoras/es brancas/os precisam ser confrontados com a temática étnico-racial.

Palavras-chaves: relações étnico-raciais; fonoaudiologia; universidade; racismo.

Abstract

In undergraduate courses in Speech Therapy at universities in Rio Grande do Sul, debates on diversity and representativeness still seem to be scarce. This research seeks to to investigate whether and how the debate about the themes of ethnic-racial relations occurs in the perception of professors of Speech Therapy courses in RS. The research was carried out with 34 participating professors, who first answered a questionnaire and then took part in group/individual interviews. These were examined using the content analysis method. It was found that there is still silence on ethnic-racial issues in universities. Participants showed fear of deepening the subject in the disciplines, and those who teach more technical subjects indicated difficulty in approaching it. The educational system is a pillar for maintaining racism and consolidating hegemonic discourses. Black, indigenous and quilombola people should occupy more places in Educational Institutions, just as white professors need to be confronted with ethnic racial issues.

Keywords: ethnic-racial relations; Speech Therapy course; university; racism.

Resumen

En los cursos de graduación en Fonoaudiología de las universidades de Rio Grande do Sul, los debates sobre diversidad y representatividad aún parecen escasos. Esta investigación busca investigar si y cómo se produce el debate sobre los temas de las relaciones étnico-raciales en la percepción de los profesores de los cursos de Fonoaudiología en RS. La investigación contó con 34 profesores participantes, que primero respondieron un cuestionario y, segundo, participaron de entrevistas grupales/individuales, examinadas mediante el método de análisis de contenido. Se constató que aún existe silencio sobre temas étnico-raciales en las universidades. Los participantes manifestaron temor de profundizar el tema en las disciplinas y aquellos que enseñan materias más técnicas indicaron dificultad para abordarlo. El sistema educativo es un pilar para mantener el racismo y consolidar discursos hegemónicos. Personas negras, indígenas y quilombolas deberían ocupar más lugares en las instituciones educativas, y los maestros blancos deben profundizar sus conocimientos en temas étnico raciales.

Palabras-clave: relaciones étnico-raciales; Fonoaudiología; universidad; racismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO……..
METODOLOGIA……...
RESULTADOS E DISCUSSÃO……..
CONSIDERAÇÕES FINAIS……
REFERÊNCIAS……

INTRODUÇÃO

A versão que rege a história do Brasil foi feita pelas/os brancas/os e para as/os brancas/os[1], e beneficia exclusivamente uma elite minoritária brancoide (NASCIMENTO, 2020). Essa visão se perpetua através da educação, cuja estratégia é manter o funcionamento da colonialidade e reforçar o sistema de dominação, de forma oculta, através de conteúdos curriculares eurocêntricos, homogeneizados e padronizados (HOOKS, 2013; GROSFOGUEL, 2016; OCAÑA *et al.,* 2018). Esse é um legado imperialista e colonialista, naturalizado em instituições de ensino, como as universidades (GROSFOGUEL, 2016; OCAÑA *et al.,* 2018), que, consequentemente, têm dificuldades para se reconhecerem como (re)produtoras de desigualdades (LÓPEZ, 2012).

A Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação preconiza a inclusão de disciplinas e atividades curriculares voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o tratamento de questões e temáticas afrobrasileiras e africanas. Também consta na Resolução n° 569 de 8 de dezembro de 2017 a necessidade de:

> Abordagem de temas transversais no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA), educação ambiental, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira, africana, dos povos tradicionais e indígena.

Segundo a Resolução n° 610, de 13 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Saúde, a graduação de Fonoaudiologia tem como foco uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando as/os estudantes a atuarem com base nos princípios éticos, sendo capazes de desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, nos níveis individual e coletivo. Com a criação do SUS, Lei 8.080 de 1990, as/os fonoaudiólogas/os passaram a não ser somente especialistas, mas profissionais que se preocupam com questões culturais, emocionais, físicas, ambientais e econômicas, baseando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DE ALMEIDA; LIPAY, 2007) e nos próprios preceitos legais do SUS. Entretanto, nas graduações dos cursos de Fonoaudiologia das universidades do Rio Grande do Sul, ainda são escassos os debates e as reflexões sobre esses temas transversais e interseccionais (REIS, 2018), incluindo a falta de diversidade e representatividade no meio acadêmico, e poucos docentes abordam temas étnico-raicias nas salas de aula.

Ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ocorreu o processo de implementação e desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (2007). Esse foi um momento em que a temática social foi colocada como foco do debate nacional, consolidando direitos, valorizando movimentos negros e garantindo acesso a saúde e educação de qualidade (BATISTA; BARROS, 2017). Consta na PNSIPN que, ao se analisar as condições sociais e de saúde da população negra, é necessário considerar a existência de racismo no Brasil, que afeta toda a população negra, mas, principalmente, mulheres negras, cujas vulnerabilidades são agravadas pelo machismo e pelos preconceitos de gênero. Por isso, é necessário que os cursos de Fonoaudiologia se comprometam com esses conhecimentos e permitam a conexão das práticas convencionais com novas práticas de saber e aprendizado, de modo a resolver problemas coletivos (REIS, 2018).

Além disso, é preciso reconhecer que outros fatores também impactam a vida de pessoas e grupos minorizados. Crenshaw (2002) mostra que a interseccionalidade conceitua

---

[1] Esse formato de escrita é inspirado no trabalho da autora Grada Kilomba, *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, na qual a autora se utiliza desse recurso a fim de incluir os gêneros feminino e o masculino, ainda que seja "parcialmente satisfatório" (p. 16), segundo a autora.

o problema cujo objetivo é capturar consequências advindas da relação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela informa que a interseccionalidade verifica como ações e políticas podem gerar opressões e desempoderamentos. Carla Akotirene (2019), utilizando uma perspectiva interseccional, relata que estruturas racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais coexistem e estão profundamente conectadas. Esse sistema atinge diretamente mulheres negras, as quais tornam-se vítimas de opressões e violências que derivam de preconceitos de gênero, raça e classe.

Sobre esse assunto, um dos objetivos da PNSIPN é combater as discriminações de gênero e orientações sexuais, com enfoque na saúde da população negra, na formação e educação de trabalhadores da área da saúde e no controle social. Por isso, ao utilizar a ferramenta da intersecção, é possível que tópicos como diversidade e discriminação sejam considerados em espaços institucionais. Dessa forma, diferenças entre grupos são visibilizadas e há maior compreensão a respeito de universalidade, integralidade e equidade na política pública (WERNECK, 2016).

Silva (2022) fala sobre a lacuna na educação das relações étnico-raciais na formação docente. Ela explica que o processo de formação de professoras/es, assim como todo processo educativo, é complexo, pois engloba não apenas aspectos de racionalidade, mas abrange toda a globalidade das/os indivíduos. Além disso, tratando-se de educação, ainda existem assuntos que são silenciados e pouco explorados ao longo das formações, como é o caso das temáticas das relações étnico-raciais. A autora relaciona esse negligenciamento com o racismo estrutural, frisando que o ato de silenciar certos conteúdos é uma ação extremamente significativa de omissão.

A política de Cotas, Lei n° 12.711/2012, passou a garantir maior acesso de estudantes negras/os em universidades. Porém, apesar da implementação desse sistema no Brasil, país em que a maioria das pessoas são pretas, indígenas e quilombolas, o índice dessa parcela populacional ainda é muito inferior ao número de brancas/os dentro das universidades, fazendo com que o ambiente acadêmico ainda seja muito embranquecido (LOPEZ, 2012; GONZALEZ, 1980). Deste modo, observa-se que as universidades não refletem a sociedade, do ponto de vista racial. Por isso, mesmo que a política de cotas seja necessária para facilitar o ingresso dessa população às instituições, sozinha, ela não é capaz de acabar com as desigualdades, fazendo com que os cursos de graduação, incluindo a Fonoaudiologia, continuem muito elitizados (COELHO *et al.,* 2019). Essa carência de diversidade e representatividade dentro desses cursos dificulta e até anula o debate e as reflexões sobre a existência de racismo no Brasil, sobre o acesso da população marginalizada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e/ou aos planos de saúde e sobre o sofrimento da mulher negra e indígena na sociedade de uma maneira geral (WERNECK, 2016).

Ou seja, se, de um lado, existe uma parcela da população em desvantagem há séculos, do outro, há quem se privilegie e beneficie dessa situação: a branquitude (BENTO, 2002). Segundo a psicóloga e ativista Maria Aparecida Bento, a branquitude é uma “guardiã silenciosa de privilégios” (BENTO, 2002, p. 22). Pessoas brancas — de direita, de centro e de esquerda — costumam argumentar que a falta de pessoas pretas, indígenas e quilombolas no meio acadêmico é um problema de classe e de pobreza. Sobre isso, a psicóloga e ativista enfatiza sua inquietação em relação a essas visões de mundo tão distintas, mas que, paradoxalmente, apresentam reações comuns frente à problemática das questões de raça. Bento (2002) explica que essa ação de negação e evitamento do problema denomina-se pacto narcísico, cujas funções são garantir a manutenção dos privilégios da branquitude e manter o *status quo*. Esse pacto ocorre, principalmente, pelo medo que as/os brancas/os têm de perder seus benefícios e de serem responsabilizados pelas desigualdades raciais, reforçadas desde o período colonial.

Existem poucos trabalhos que versam sobre a proposição de temáticas sobre relações étnico-raciais no Ensino Superior. Desses, cabe ressaltar o trabalho de Pinheiro (2020), intitulado “Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de Ciências Biológicas da UFSC”, o qual faz um percurso de

reflexão semelhante ao desta pesquisa, porém, a partir da realidade da área das Ciências Biológicas e utilizando uma metodologia de análise de fontes documentais. A autora, inclusive, informa sobre a ausência de debate a respeito das relações étnico-raciais na formação de professoras/es e, como consequência, a dificuldade enfrentada por essas/es profissionais ao trabalharem com a temática. Na pesquisa que se propõe aqui, busca-se o diálogo com docentes de cursos de Fonoaudiologia para entender de que forma as relações étnico-raciais estariam inseridas no currículo.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa é investigar se e como ocorre o debate das temáticas sobre relações étnico-raciais na percepção de docentes de cursos superiores de Fonoaudiologia do Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa mista, cuja proposta foi combinar abordagens qualitativas e quantitativas (CRESWELL, 2007). Segundo Creswell (2007), a utilização separada de métodos qualitativos e quantitativos é inadequada quando se trata de assuntos complexos das ciências sociais e da saúde. Por isso, a combinação dessas duas linhas oferece mais compreensão sobre os problemas de pesquisa. Na perspectiva de Demo (1998), as pesquisas qualitativa e quantitativa se complementam:

> Todo fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal e espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual (DEMO, 1998).

A pesquisa foi realizada com professoras/es do curso de Fonoaudiologia de instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. As/Os professoras/es não precisavam, necessariamente, ter graduação em Fonoaudiologia, mas atuar, ou ter atuado nos últimos cinco anos, como docentes em cursos de Fonoaudiologia.

A primeira parte do estudo (quantitativa e qualitativa) foi efetuada por meio de um questionário, criado pelo Formulário do Google®, com perguntas de múltipla escolha e com perguntas que abrem a possibilidade de respostas abertas, e a segunda (qualitativa), através de três Entrevistas em Grupo e uma Entrevista Individual.

Por recrutar participantes que atuam ou que atuaram em cursos de Fonoaudiologia de formações diversas e de diferentes setores e instituições, utilizou-se o método bola de neve, ou *snowball,* de abordagem não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Nesse sentido, não foi necessária a assinatura de termo de anuência de responsável de alguma instituição ao qual as/os profissionais eram vinculadas/os. A pesquisa está registrada no Comitê de Ética em Pesquisa da UFCSPA sob o número CAAE 52893121.1.0000.5345.

De acordo com Vinuto (2016), a execução desse tipo de pesquisa ocorre a partir de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar pessoas com perfil necessário para a pesquisa. A autora comenta que a amostra probabilística inicial é impossível, e essas sementes ajudam as pesquisadoras a iniciar os contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. O próximo passo, então, é solicitar que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua rede pessoal, e assim sucessivamente. Esse método utilizado fez com que o quadro de amostragem crescesse ao longo da fase de recrutamento de participantes para a pesquisa.

Após as etapas do convite e do retorno de recebimento, cada docente recebeu um link, via e-mail, do Formulário do Google, que contou, inicialmente, com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para aquelas/es que concordassem em continuar

na segunda parte da pesquisa (entrevista em grupo). Posteriormente, com perguntas de múltipla escolha e dissertativas (Quadro 1) sobre os dados pessoais das/os participantes; questões de raça, gênero e classe; ações afirmativas dentro das universidades; referências utilizadas em aula; representatividade e diversidade. Ao fim do questionário, as/os pesquisadas/os eram questionadas/os se gostariam de participar da fase de entrevista em grupo. Às/Aos professoras/es que aceitaram participar dessa etapa, enviou-se um novo e-mail, com a finalidade de organizar as datas e os horários de cada grupo.

Quadro 1 - perguntas questionário

Perguntas questionário
Nome
Telefone
Raça/cor
Gênero
Idade
Área de formação
Área de atuação
Tempo em que atua na área como docente
Departamento/setor em que está vinculado
Como docente, você está vinculado a: - Graduação - Pós-graduação - Ambos

Na sua opinião, existe equidade racial no Brasil? - Sim - Não - Não sei
Se existe racismo no Brasil, como ele se manifesta?
Você conhece as políticas de ações afirmativas? - Sim - Não
Você é a favor de ações afirmativas dentro das universidades? - Sim - Não
Por quê?
Na sua opinião, o número de estudantes negras/os no curso de Fonoaudiologia da sua universidade: - É igual ao número de estudantes brancas/os - Deveria ser maior - Deveria ser menor - Não sei
Você acha importante utilizar referências de autoria de pessoas negras nas suas aulas? - Sim - Não - Não sei - Indiferente
Você usa referências de autoria de pessoas negras nas suas aulas (livros, artigos…)? - Sim - Não

Você acha importante utilizar imagens representativas de pessoas e profissionais negras/os e indígenas em apresentações de slides nas suas aulas? - Sim - Não - Não sei - Indiferente
Você usa imagens representativas em apresentações de slides nas suas aulas? - Sim - Não
Você acha necessário incluir temas étnico-raciais nas suas aulas? - Sim - Não - Não sei - Indiferente
Por quê?
Na hora de montar um plano de ensino para suas disciplinas do curso de Fonoaudiologia, você costuma incluir temas étnico-racias? - Sim - Não
Por quê?
Em suas aulas, você costuma introduzir reflexões sobre desigualdade social, questões de gênero, raça e classe? - Sim - Não
Por quê?

Fonte: elaboração própria

As entrevistas em grupo foram realizadas na plataforma Google Meet, utilizando o recurso de gravação. Os encontros duraram, em média, uma hora e trinta minutos. O primeiro grupo contou com a participação de três professoras; o segundo, também de três; o terceiro, apenas de uma professora e o último, de quatro docentes. Cada integrante participou do encontro uma única vez.

Seis perguntas norteadoras compuseram o roteiro dos encontros da segunda parte da pesquisa (Quadro 2). Deve-se frisar que os encontros não ficaram presos somente a essas questões, visto que as/os docentes muitas vezes buscaram abordar outras questões que julgaram interessantes e pertinentes.

Quadro 2 – roteiro da entrevista

Nº	Perguntas da entrevista
1	Você acha que existem práticas que levam os cursos superiores de Fonoaudiologia a reproduzirem uma educação antirracista?
2	Você costuma levar em consideração temáticas voltadas a relações étnico-raciais na hora de montar o plano de ensino de um curso de Fonoaudiologia?
3	Em suas aulas, vocês costumam abrir espaço para debate e reflexão sobre desigualdade de classe, gênero e raça? Se sim, como?
4	Quando procuram trabalho, montam espaços de trabalho ou compram materiais para sua prática, o que buscam, para onde olham as/os recém-formadas/os?
5	Quando você imagina a/o paciente da Fonoaudiologia, como você a/o vê?
6	Como essa pessoa (paciente) é representada nos manuais e livros de Fonoaudiologia?

Fonte: elaboração própria

Ao final, todas as gravações dos encontros foram transcritas em documento *Word*, para serem utilizadas internamente e, assim, facilitar o acesso às falas das/os docentes. A fim de não revelar os nomes das/os professoras/es, durante a transcrição, substituiu-se o nome da/o docente por “P” + um número. Ou seja, os nomes das/os professoras/es não foram identificados, mas codificados em P1, P2, P3 e assim por diante.

Os relatos das entrevistas foram examinados a partir da perspectiva do método de análise de conteúdo, conforme Bardin (2010), que organiza as etapas da técnica em três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Dessa forma, foi possível explorar o material para criar categorias de análise, a saber: perfil da/o docente; interesse pela temática; o quanto e como essas temáticas se inserem no currículo de Fonoaudiologia; se e como as/os docentes inserem essa temática nas suas aulas. A partir disso, é que se pode prosseguir a interpretação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aceitaram participar da pesquisa 33 docentes dos cursos de Fonoaudiologia do Rio Grande do Sul. Desses, somente 11 participaram da etapa de entrevista em grupo. A baixa adesão de docentes participantes no estudo pode estar ligada, segundo Gonçalves (2008), a uma desvantagem que pesquisas *on-line* sofrem em comparação a metodologias outras de pesquisas, porém, é necessário que mais estudos sejam feitos para buscar as razões de tal ação. Nesse caso, a baixa participação das/os professoras/es na pesquisa também pode

revelar a falta de interesse e a pouca importância que professoras/es dão ao assunto. Isso pode estar relacionado com a estrutura racista que está entranhada no sistema brasileiro e mostra que instituições, como as universidades, parecem não estar preocupadas em criticar e pensar sobre a existência dos sistemas de dominação, opressão e discriminação, os quais menosprezam o sofrimento enfrentado por grupos oprimidos e favorecem a manutenção da estrutura racista e sexista que constitui a sociedade há muitos anos (COELHO *et al.,* 2019).

Das/os 33 participantes, 26 eram do gênero feminino e 7, do gênero masculino, com idades que variaram entre 30 a 58 anos. Em relação à área de formação, 20 profissionais são formados em Fonoaudiologia; 2, em Fisioterapia; 2, em Filosofia; 2, em Psicologia; 2, em Medicina; 1, em Odontologia; 1, em Direito; 1, em Pedagogia; 1, em Ciências Sociais e 1 em Fonoaudiologia e Medicina. Além disso, 20 docentes atuam somente na graduação e 13, na graduação e na pós-graduação. O tempo de atuação na área como docente variou entre 6 meses a 30 anos.

Nas graduações dos cursos de Fonoaudiologia das universidades do RS, é notória a ausência de pessoas pretas, indígenas e quilombolas nas posições de docência e discência. Das 33 pessoas que aceitaram participar da primeira etapa da pesquisa, apenas um professor declarou sua raça/cor como preta. O restante da amostra foi composto por professoras/es brancas/os (97%). Segundo Gonzalez (1980) e López (2012), o quadro docente predominantemente branco, em uma universidade, é consequência de uma sociedade desigual e racista, na qual se naturaliza a falta de oportunidades, em todos os níveis sociais, educacionais e econômicos, às populações marginalizadas.

Nessa perspectiva, segundo os dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as declarações de matrícula para cursar o ensino superior, de acordo com a variável “cor/raça”, totalizaram 42,6% para a cor branca, 31,1% para a parda, 7,1% para a cor preta, 1,7% para a cor amarela e 0,7% para indígena. Além disso, das 50.683 matrículas de graduação realizadas no mesmo ano, apenas 0,6% foram declaradas com registro de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Em relação ao quadro docente de algumas das principais universidades de pesquisa do Brasil — por exemplo, USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCAR e UFMG — Carvalho (2006) apontou que as instituições obtinham cerca de 18.400 docentes. Ao analisar a distribuição de raça/cor, os dados apontaram que 99,6% das/os docentes declararam-se brancas/os, 0,4%, negras/os e não houve presença de docentes indígenas. Informações mais atualizadas mostram que mudanças estão acontecendo dentro das universidades, inclusive, por conta das políticas de ações afirmativas. Segundo dados do INEP (2021), o quadro docente da Educação Superior no Brasil apresentou uma sinopse estatística apontando que, em 2021, de um total de 91.663 docentes em exercício nas universidades federais de todas as regiões do Brasil, 37.292 são brancas/os; 2.225, pretas/os; 11.408, pardas/os; 953, amarelas/os e 172, indígenas. Há 39.613 professoras/es sem registro de raça/cor nas universidades analisadas.

A temática das relações étnico-raciais perpassa a vida de todas as pessoas, porém, os privilégios da branquitude, o mito da democracia racial e os costumes coloniais fazem com que brancas/os não se racializem (PINHEIRO, 2020). Segundo a visão de um professor que participou da etapa de GF (aqui, codificado como P1), pessoas brancas não se racializam enquanto pessoas brancas e, a partir dessa perspectiva, não se colocam no lugar de principais autoras/es e reprodutoras/es do racismo. Esse processo, sustentado pelo pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002), reforça a manutenção da estrutura racista. Por isso, P1 acredita que o problema da branquitude também deve pautar os assuntos e ser abordado com mais frequência tanto em conversas corriqueiras, quanto em disciplinas dos cursos de Fonoaudiologia.

Na etapa de entrevista em grupo, P2 contou sobre as distintas realidades de suas alunas e seus alunos. Ao mesmo tempo em que existem alunas/os que vão com seus próprios carros para a universidade e não têm grandes preocupações com custos diários, há aquelas/es que encaram essa realidade com seu dinheiro contado para as refeições e para os demais gastos gerados pela vida acadêmica. Nesse sentido, julga ser interessante que o sistema universitário, como um todo, atue considerando que cada aluna/o vive sua própria realidade e não ser possível cobrar, pedagogicamente, todas/os as/os alunas/os da mesma forma. Essa docente disse: "*a universidade não pode ser chamada de universidade quando não atende o universo todo. Acho que a gente não vê isso, é muito velado, mas se tem, sim, um tratamento para favorecer quem pode, quem tem condições".* Nessa mesma perspectiva pensa P3: "*eu acho que a gente mantém um espaço de formação racista. Tem mais investimento nas/os brancas/os em algumas especialidades do que nas/os negras/os*".

No entanto, P3 reflete sobre como essas/es mesmas/os alunas/os são preparadas/os para entrar no mercado de trabalho, ao longo da graduação, visto que a maioria sai da universidade não pensando em atuar na saúde pública, mas desejando abrir um consultório próprio, por exemplo. Muitas/os professoras/es relataram que existe uma construção social dentro da universidade, que cria uma expectativa na/o aluna/o de como tem que ser a/o fonoaudióloga/o, como tem que ser seu consultório e como têm que ser os recursos que ela/e vai utilizar. Sobre isso, a partir da análise das discussões nas entrevistas em grupo, é possível afirmar que essa ação ocorre, principalmente, por conta de um método de ensino, seguido por vários cursos da saúde, inspirado no modelo medicinal, tradicional e hegemônico. Nesse caso, é mais confortável e fácil seguir o fluxo e manter a educação como está, ao invés de se criar novas práticas de ensino que buscam estimular as/os alunas/os a fugirem dessa expectativa ideal de trabalho. Mota (2014) vê necessidade em se adquirir um novo modelo educacional, através da humanização da prática clínica, cujo objetivo é garantir concepção crítica e reflexiva nas/os discentes.

Um ponto importante a ser considerado nesta discussão diz respeito à evasão de alunas/os nas universidades. A participante P4 apontou: "*a gente tem evasões de alunas/os com cotas. As vulnerabilidades se sucedem. Não estamos falando de algo novo, mas não há soluções melhores para transformar esse cenário. Não temos mecanismos para assegurar a inclusão e a permanência efetiva*". Segundo Almeida (2014), existe um fator que contribui para dificultar o ingresso e a permanência de estudantes das camadas populares nas universidades: a convivência direta com a desigualdade social. Esse embate entre realidades distintas, muitas vezes, gera sentimentos de desenraizamento, solidão e humilhação social durante as experiências universitárias de alunas/os socialmente excluídas/os, que contribuem para o não ingresso e a não permanência dessa/es jovens no meio acadêmico. Sobre isso, P1 acrescenta que as/os alunas/os que sofrem com esses problemas buscam se unir, "*fazendo um aquilombamento dentro da universidade*".

De acordo com Oliveira *et al.* (2021), o movimento de aquilombamento surge com a função de reorganização epistemológica e valorização de presenças negras nos meios acadêmico e social. Segundo as/os autoras/es, essa atitude não está vinculada a uma ideia de fuga, mas de existência, notabilidade e relacionamento, cuja finalidade é buscar um movimento social transgressor. Ao estarem juntas/os, estudantes negras/os refletem sobre suas experiências na universidade e passam a adquirir conhecimentos identitários e identificar incômodos parecidos (RIZZO; DA FONSECA, 2022).

Das/os docentes que responderam ao questionário, 84,8% julgam que o número de estudantes negras/os nos cursos de Fonoaudiologia de suas universidades deveria ser maior. Na etapa de entrevista em grupo, P5 referiu que, atualmente, não tem alunas/os negras/os e indígenas nas turmas de Fonoaudiologia em que dá aula, assim como não tem nenhuma/um paciente negra/o ou indígena no consultório em que trabalha. Sobre esse assunto, P3 afirmou

que “*o mundo da saúde é muito branco e, pelo menos em nível de ensino superior, precisa ser menos branco*”.

P5 relatou que, ao receber o convite para participar da pesquisa, percebeu que, na faculdade em que trabalha, está sozinha para discutir sobre a temática. Além disso, a professora terminou sua fala dizendo que, na Fonoaudiologia, está acontecendo um desenvolvimento grandioso do ponto de vista técnico, porém, quando se trata da temática das relações étnico-raciais, o assunto ainda não ganha relevância e destaque. Percebe-se que essa professora tem consciência de que o sistema é um (re)produtor de racismo, porém, ela relata que não consegue encontrar alternativas para mudar essa realidade.

O racismo pode ser classificado em três concepções: individualista, institucional e estrutural. A concepção individualista trata o racismo como um fenômeno ético, psicológico e irracional, executado individual ou coletivamente. Nessa categoria, o racismo é tratado como sinônimo de preconceito; não é considerada a existência de sociedades ou instituições racistas; e se observam fraseologias moralistas inconsequentes, como: “somos todas/os humanas/os”, “tenho amigas/os negras/os” e “como se pode ser racista em pleno século XXI?” (ALMEIDA, 2019).

Já a concepção institucional não resume o racismo a atitudes individuais, mas o analisa a partir do funcionamento das instituições, que atuam, direta ou indiretamente, promovendo desvantagens e mantendo privilégios com base na raça. O domínio de homens brancos em instituições públicas e privadas dita regras e padrões de cultura, de estética e de poder que barram a ascensão dos grupos considerados minoritários e a criação de espaços que discutam sobre desigualdade de raça e de gênero, e mantém os interesses, privilégios e benefícios político-econômicos desse grupo (ALMEIDA, 2019).

Por fim, a concepção estrutural trata o racismo como um conjunto de práticas sociais, que se expressam através da desigualdade política, econômica e jurídica. Por isso, “se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” (ALMEIDA, 2019, p. 48).

> Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo (MOORE, 2007).

A falta de acesso que decorre do racismo que subjaz às estruturas institucionais reforça o abismo racial existente no país. Ao serem questionadas/os, na primeira etapa da pesquisa, se existe equidade racial no Brasil, 97% das/os docentes acreditam que não. Elas/es percebem que o racismo se manifesta, velada ou explicitamente, de diversas formas, tanto num nível individual, como em níveis institucionais e estruturais. A respeito do racismo individual, as/os docentes que acreditam nessa linha de pensamento disseram que sua manifestação acontece da seguinte forma: diferença no tratamento; desconfiança; falas preconceituosas, comentários jocosos e piadas; negação, como falar “eu até tenho amigas/os negras/os”; *bullying*, raiva, violência física e psíquica; e a própria dificuldade em perceber a falta de equidade no acesso aos direitos sociais. Em relação à manifestação do racismo institucional e estrutural, surgiram os seguintes exemplos: falta de políticas públicas; pouca visibilidade ao tema na formação acadêmica; discentes negras/os barradas/os nas entradas das universidades em que estudam; ausência de docentes e discentes negras/os e indígenas no ensino superior; branquitude dominando os espaços artísticos (literatura, artes visuais,

música); violência policial e racismo na atividade policial; hipersexualização de corpos negros nos meios de comunicação; não permanência de pessoas negras em espaços públicos e privados; desigualdade econômica e social; falta de acesso a saúde e preconceitos em espaços de saúde; apropriação cultural e oportunidade de trabalho reduzida.

Em contrapartida, P6 apontou não saber se existe equidade racial no Brasil. Ela justificou sua resposta informando que também sofreu racismo e *bullying* na escola por ser de origem alemã. Essa é uma resposta muito comum vinda de brancas/os ao serem questionadas/os sobre racismo. Martins (2022) explica que uma das formas de o racismo sobreviver após a abolição da escravidão foi ganhando novos contornos e se reinventando. Atualmente, grande parte das pessoas brancas costuma não se proclamar como racista e afirma não ver cor nas pessoas (BONILLA-SILVA, 2020). Bonilla-Silva (2020) diz que essa população também costuma afirmar que julga os indivíduos pelos seus caráteres e não pelas suas cores de pele, além de dizer que os próprios grupos minorizados são responsáveis pelos preconceitos de raça. É junto dessas ideias que as/os brancas/os acabam acreditando que é possível existir "racismo reverso". Almeida (2019) exemplifica o racismo reverso como sendo um "racismo ao contrário", ou seja, uma prática executada através de grupos minorizados para grupos privilegiados. O autor informa que essa ideia é um equívoco, pois membros de grupos minorizados, apesar de agirem de forma preconceituosa ou discriminatória, não têm o poder de causar desvantagens sociais a membros de grupos sociais majoritários.

Na etapa de entrevista em grupo, ao serem questionadas se existem práticas que levam os cursos superiores de Fonoaudiologia a reproduzirem uma educação que contribui para o sistema racista, duas professoras tiveram opiniões que se assemelham. P5 relatou: "*em muitos momentos, a gente tem atitudes racistas, pensando no racismo estrutural, e nem percebe. Nós, que estamos dispostas/os a pensar nisso, temos uma determinada ação e pensamos 'isso não está certo'. Na fonoaudiologia, considerando que isso é algo que eu não refletia, acredito que não existe. Existem práticas que alimentam o racismo, mas eu ainda não percebi. Ou vocês me falam 'não, professora, tu estás pensando em algo muito concreto e nós estamos pensando em algo subliminar'. Acho que, se isso for uma realidade, precisamos rever nossas ações*".

P7 compartilhou sua reflexão: "*eu pensei que teria que falar sobre as práticas que são feitas para refletir ou para combater o racismo. Então, eu logo pensei: prática, para mim, tem que ser algo que se faça efetivamente, não algo da minha cabeça, e prática eu não vejo nenhuma. Só que daí devo falar sobre as práticas que não são feitas, ou as práticas perpetuam o racismo. Então, pensei: também acho que não tem uma prática, no sentido que se perpetue. Entretanto, concluo que a não prática perpetua um status quo. Eu não mexer nisso, não falar sobre, não refletir, será que não tem a ver com perpetuar isso? Ou, pelo menos, me eximir dessa discussão. (...) a falta de se ter uma prática positiva já por si só não é negativa? Como que a gente estabelece essas construções? (...) o quanto que isso ser velado é mais complicado de se refletir e combater. Se fosse escancarado, a gente saberia com que armas lutar*".

As práticas que levam os cursos superiores de Fonoaudiologia a reproduzirem uma educação que contribui para o sistema racista já começa pelo acesso. Por conta do racismo estrutural, negras/os e indígenas têm condições menores de acessar uma educação de qualidade, se comparadas/os a brancas/os, porque não partem das mesmas oportunidades e realidades (RIBEIRO, 2019; NASCIMENTO, 2021). Além disso, o sofrimento de estudantes negras/os ao longo de suas jornadas acadêmicas, nas quais passam por dificuldades, muitas vezes, é romantizado e naturalizado (RIBEIRO, 2019). Instituições de Ensino Superior compactuam com o racismo e apagamento epistêmico ao não abordar nos currículos história e saberes indígenas (NASCIMENTO, 2021). E também é importante ressaltar que populações minorizadas sofrem racismo manifestado através de violência física e simbólica dentro de ambientes acadêmicos (NASCIMENTO, 2021).

Djamila Ribeiro (2019) declara que o racismo é um sistema de opressão que cria desigualdades e abismos para a população negra. Segundo a filósofa, é improvável que um indivíduo não seja racista, pois foi criado e está inserido numa estrutura social em que o racismo é enraizado. No livro "Pequeno manual antirracista" (RIBEIRO, 2019), a autora afirma que a falta de reflexão sobre o tema contribui para a manutenção do sistema de discriminação racial, a culpa contribui para a inércia e a responsabilidade leva à ação. Por isso, reconhecer o racismo, ter consciência do predomínio branco em espaços de poder e falar sobre negritude e branquitude são as formas mais úteis para combater esse sistema cruel (RIBEIRO, 2019).

Das/os entrevistadas/os, 78,8% dizem conhecer as políticas de ações afirmativas, ao contrário das/os 21,2% restantes, que não têm conhecimento sobre o assunto. Apesar disso, 97% das/os docentes são a favor de ações afirmativas dentro das universidades, seja de forma permanente ou transitória. Elas/es acreditam que esse sistema proporciona mais equidade e inclusão social, oferece espaço a estudantes que não têm as mesmas condições que as/os brancas/os, minimiza as desigualdades e o racismo, e torna o ambiente acadêmico mais plural e diverso.

Tratando-se da política de ações afirmativas, P1 relatou: "*a população negra é extremamente numerosa no Brasil e por muitos anos teve um acesso muito pequeno ao ensino superior. As pessoas brancas têm melhores oportunidades desde a infância, o que se perpetua na vida adulta, seja pelas condições de suas famílias, que historicamente tiveram direitos ou mesmo pelo estímulo da sociedade para avançarem. Além disso, o conhecimento não pode ser eternamente construído pelo mesmo padrão de pessoas e a entrada de pessoas não-brancas na universidade traz uma diversidade importante para a ciência, o desenvolvimento social e o fazer profissional*".

Sobre as cotas, em artigo ao jornal Correio Braziliense, Sueli Carneiro (2004) aponta:

> (...) é a sua capacidade de tirar as máscaras do racismo, da discriminação racial, e explicitar a verdadeira natureza dessas ideologias: a legitimação de privilégios raciais e sociais. Elas obrigam que os diferentes interesses envolvidos e beneficiários da exclusão se manifestem. E é por isso que elas são capazes de galvanizar a opinião pública porque o monopólio histórico dos grupos racialmente hegemônicos no acesso às melhores oportunidades sociais se vê por elas ameaçados. (CARNEIRO, 2004)

Segundo Grada Kilomba (2020, p.15), "só uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente". A escritora aborda esse assunto relatando que, no instituto de psicologia clínica e psicanálise onde estudava, localizado numa região com expressiva quantidade de gerações afrodescendentes, ela era a única discente negra. Kilomba reflete que a ausência de pessoas negras em espaços considerados brancos torna a branquitude como uma regente da norma e da normalidade, a qual é capaz de identificar quem são as pessoas que representam a verdadeira existência humana. Felizmente, o cenário acadêmico vem se transformando e passando de um local preso a um estereótipo branco, europeu e colonial, para um ambiente mais enegrecido, diverso e plural (BATISTA, 2016; JACCOUD, 2009).

Na primeira etapa da pesquisa, apenas um participante respondeu que é contra o sistema de ações afirmativas, justificando que o acesso ao estudo é uma questão de busca e opção, e não de cor. Almeida (2019) reflete sobre esse discurso e aponta que, no Brasil, a negação do racismo também é sustentada pelo discurso da meritocracia. Isso quer dizer que, se as pessoas acreditam que não existe racismo no país, então a culpa pelas/os estudantes negras/os não atingirem o ensino superior é somente delas/es mesmas/os, pois não se esforçam suficientemente. O autor revela que, em um país desigual, a meritocracia reforça a desigualdade, a miséria, a violência e a opressão, visto que prejudica a tomada de desições políticas contra a discriminação racial e promove conformação ideológica sobre o assunto.

O uso de referências de autoria de pessoas negras nas aulas é visto como importante para 63,6% das/os participantes, 27,3% acham indiferente, 6,1% não sabem se esse fator é importante ou não, e uma participante não julga ser importante. Em relação a esse assunto, 23 docentes, de fato, utilizam referências de autoria de pessoas negras em suas aulas. Grosfoguel (2016) revela que a inferiorização de conhecimentos tem gerado um monopólio comandado por homens ocidentais, os quais têm o privilégio epistêmico de revelar o que é uma verdade, uma realidade e, inclusive, qual conhecimento é bom ou não. Esse processo serve de reforço para a estrutura racista/sexista, cuja função também é desqualificar conhecimentos outros e vozes outras.

Grosfoguel (2016) aponta que o monopólio de conhecimento, centrado nas mãos de homens brancos italianos, franceses, ingleses, alemães e norte-americanos, gera epistemicídios, que são causados através da destruição e da inferiorização de conhecimentos adquiridos por grupos minoritários. O autor aponta que esse monopólio cria uma sociedade cujas estruturas e instituições, incluindo as universidades, são baseadas em práticas racistas e sexistas. Segundo Pessanha (2018), o epistemicídio é um contrato que está em vigor e controla a produção e a legitimação dos saberes, da mesma forma que a necropolítica conduz e administra a política da morte. Nessa perspectiva, Sueli Carneiro (2005) informa:

> Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

Ao serem questionadas/os se acham importante utilizar imagens representativas de pessoas e profissionais negras/os e indígenas em apresentações de slides nas aulas, 29 professoras/es acham importante, e 4 julgam ser indiferente. Quando questionadas/os se utilizam imagens representativas em apresentações de slides nas aulas, 27 docentes disseram que utilizam e 6 docentes disseram que não utilizam. Na etapa da entrevista, P4 relatou que é papel das/os professoras/es inserir reflexões sobre racismo nas disciplinas. Ele continuou sua fala dizendo que, mesmo que não se consiga realizar um debate longo sobre isso, é necessário buscar outras formas de abordar esse assunto, por exemplo, utilizando imagens representativas em apresentações de *slides*.

Ao encontro da fala de P4, a fonoaudióloga Letícia Ludovico Carvalho (2021) faz uma análise da ausência de uma educação antirracista em sua vida como mulher negra. Ela conta que todo o processo de ensino é doloroso e interfere na autoestima de crianças e jovens negras/os, pois baseia-se num modelo ideal de mundo, cujo benefício é para as/os brancas/os. Ao refletir sobre sua formação, a fonoaudióloga percebeu que não existem discussões aprofundadas sobre gênero e raça em escolas e universidades, e é por isso que, para a garantia de uma sociedade com maior equidade racial, é necessário que esses assuntos sejam abordados nas instituições de ensino urgentemente.

Sobre a inclusão de temas étnico-raciais nas aulas, 84,8% das/os docentes acham necessário incluí-los, com a finalidade de conscientizar as/os alunas/os acerca do racismo, reduzir preconceitos, fomentar o raciocínio crítico, aumentar a representatividade e romper o pacto da branquitude. Contrariamente, 9,1% não acham necessário falar sobre essa temática

e justificaram suas respostas através de frases como: "*Porque eu dou aula de genética e não de um tema que esteja relacionado ao assunto. O que eu preciso falar sobre a influência da etnia nas doenças genéticas, eu falo*" e "*Não é o tema da aula. Atrapalha mais que ajuda. Cria uma raiva da/o aluna/o que quer estudar somente o conteúdo proposto e não as fugas de tema*". Uma pessoa não soube julgar se essa pauta é necessária ou não e justificou sua resposta apontando que "*a maioria das disciplinas têm assuntos muito específicos, independente da raça da pessoa. Em outros casos, por exemplo, eu abordo características estruturais na motricidade oral de várias raças*". P8 julga ser indiferente, explicando que seu objeto de estudo é a linguagem e não faz a menor diferença a etnia-raça nesse fenômeno.

Na etapa da entrevista em grupo, P7 falou sobre o que considera ser linguagem: "*a linguagem é o berço da fonoaudiologia. Foi dali que a gente veio. (...) quando falamos em linguagem, não falamos somente sobre o que sai da boca para fora. Falamos em constituição de sujeito, de como a pessoa se estrutura, se expressa, se constrói e de todas essas questões*". Nessa perspectiva, Frantz Fanon (2020) discorre sobre a prática de falar, a qual se constitui através da sintaxe, se apossa da morfologia e, sobretudo, assume o peso de um mundo, de uma cultura e de uma civilização. O psiquiatra e filósofo argumenta que todo povo colonizado é confrontado com a linguagem do povo colonizador e esse processo de adoção de uma linguagem diferente gera um sentimento de inferioridade. Ele segue explicando que dominar o idioma da/o colonizadora/or é fundamental para que indivíduos ganhem espaços na sociedade. Por isso, ao relatar que uma abordagem étnico-racial não faz a menor diferença em estudos sobre linguagem, uma pessoa está se ausentando de refletir sobre todas as questões socioculturais que esse fenômeno carrega e priorizando apenas seu fenômeno físico "que sai da boca para fora" (HOOKS, 2013; FANON, 2020).

Apesar da criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2007) e da Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação, 18 participantes não incluem temas étnico-raciais nos planos de ensino de disciplinas do curso de Fonoaudiologia, ao contrário das/os 15 participantes que os incluem. As/Os que não incluem utilizam frases como *"não é relevante para a minha aula"* como justificativas de suas opiniões. Já as/os professoras/es que incluem acreditam que é necessário debater sobre o tema nas salas de aula, pois é muito importante que a educação antirracista ganhe mais força no ensino superior, através da transversalidade de debates e reflexões nas salas de aula, mais abordagens voltadas para as populações indígenas, criação de espaços de acolhimento a alunas/os negras/os e indígenas e de comissões voltadas para combater diretamente o racismo estrutural.

Sobre a inclusão da temática das relações étnico-raciais nos planos de ensino dos cursos de Fonoaudiologia, muitas/os docentes que participaram da etapa de entrevista em grupo relataram que não a incluem; porém, afirmam que o assunto surge espontaneamente como discussão nas aulas. Em contrapartida, P9, professor que leciona disciplinas que abordam a interface saúde e sociedade para diferentes cursos, informou ter uma aula sobre a relação do racismo estrutural com a bioética em seu cronograma, e disse que sempre trabalhou naturalmente com essa temática em suas aulas. Quando essa abordagem surge nas aulas, as/os demais professoras/es relatam ter certo receio de aprofundar o tema. Sobre isso, P4 conta: "*eu consigo ir até um ponto, mas não consigo ir muito além. Vejo isso quando têm alunas/os envolvidas/os na causa, militantes. Tem um limite do que eu consigo argumentar com elas/es*".

P7 revela: "*como docente, me sinto despreparada para puxar esse assunto. Muitas vezes, conversamos muito mais nos projetos, ou com grupos de alunas/os que nos são mais próximas/os. No grande grupo, muitas vezes, eu me sinto despreparada e isso gera até um medo, uma ansiedade de não saber lidar com algo. Claro que eu tenho minhas opiniões e convicções, mas não sou uma estudiosa sobre o assunto, não sei muito bem como lidar e tratar certas coisas. São questões que me abstenho de conversar. Hoje em dia, saúde mental,*

suicídio, ansiedade são questões muito caras para quem exerce a docência, por isso, algumas vezes, até me eximo de tocar [nesses temas], porque não saberia lidar com as consequências. Então, acho que daí vem a motivação de participar da pesquisa. Acho extremamente importante que se discuta esse tema, mas acho importante ser discutido estando preparada".

Esses resultados corroboram o estudo de Cardoso e Castro (2015), que apontam que debates e reflexões sobre temáticas étnico-raciais são escassos no meio acadêmico. Esses temas, na maioria das vezes, apenas são discutidos quando abordados pelas/os alunas/os durante as aulas. Ao serem expostos, os assuntos são pouco explorados e relacionados com as disciplinas, por conta do pouco conhecimento de docentes em relação a questões étnico-raciais e pela carência de professoras/es e alunas/os negras/os, indígenas e quilombolas dentro dos cursos (CARDOSO; CASTRO, 2015).

P10 relatou que a temática das relações étnico-raciais está presente em sua disciplina de saúde coletiva, mas, ao ministrar disciplinas mais técnicas, ainda leva como um desafio abordar esses temas. "*Não tenho clareza de toda a repercussão do racismo também nessas áreas mais específicas do núcleo profissional. Sinto que precisamos de mais espaços de debate e de escuta para fomentar mais questões e desconfortos. Isso vai possibilitar um plano de ensino que considere a equidade adequadamente*". P5 disse: "*mesmo sensível aos temas étnico-raciais que são abordados oralmente em momentos de discussão em aula e/ou supervisões junto às/aos alunas/os, até o presente momento, não estavam contidos nos planos de ensino. A partir do convite para participar da presente pesquisa, fica clara a importância de dar visibilidade aos conteúdos étnico-raciais nos planos*". Esse relato mostra a importância desta pesquisa para uma possível mudança e transformação nos currículos e nos andamentos das aulas dos cursos de Fonoaudiologia do Rio Grande do Sul.

Os currículos orientam a formação das/os estudantes ao longo de todo o processo da graduação, definindo o que é necessário ser aprendido e de que forma essa ação deve acontecer. Patacho (2011) utiliza o conceito de currículo oculto para mostrar como práticas educativas e currículos não são neutros e objetivos. O autor reflete sobre as possibilidades que uma instituição de ensino poderia exercer, se valorizasse uma cultura democrática e plural, que dialoga, busca maior justiça e contém professoras/es preocupadas/os com questões sociais. Além disso, ele relata que os locais de ensino são vistos como livres e emancipadores, entretanto, estão presos às lógicas de subordinação ao mercado de trabalho.

Um total de 87,9% das/os docentes costuma introduzir, nas suas aulas, reflexões sobre desigualdade social, questões de gênero, raça e classe. Elas/es acreditam que esses temas tratam a integralidade do sujeito e sua relação com o mundo; que é necessário trabalhar sobre essa temática para mudar a cultura; que pensar a saúde de alguém não pode se limitar apenas a dar um diagnóstico, tratar uma doença ou alteração de desenvolvimento e que é papel da/o fonoaudióloga/o estimular o respeito às múltiplas diversidades e populações minorizadas. P11 conclui: "*cabe a nós, docentes, criar espaços para ampliar a visão das/os futuras/os profissionais, para que também se tornem agentes multiplicadoras/es e profissionais coerentes, humanas/os e éticas/os*". Das/os docentes, 12,1% disseram que não costumam introduzir essas reflexões nas suas aulas, porque informam que o tema não faz parte do escopo da disciplina.

Ao longo da pesquisa, muitas/os professoras/es demonstraram surpresa em relação ao tema do estudo, julgando-o como moderno, e disseram que nunca tinham refletido sobre a combinação da Fonoaudiologia com abordagens étnico-raciais. P5 relatou: "*enquanto professora, foi uma oportunidade de crescimento no sentido de que é um tema que me desloca, que me desacomoda. Enquanto professora, não tive formação. E, culturalmente, não sei como lidar, abordar. (...) passou da hora de abordar dessa maneira como vocês estão abordando. O que é debatido, como se leva o assunto para a sala de aula. Enquanto*

sociedade, é fundamental, é importante que se traga isso nas salas de aula, sobretudo, no ensino superior".

Outra visão docente revela que a universidade é um espaço de promoção étnico-racial. Considerando isso, tudo pode ser aprendido, debatido e refletido no meio universitário, não só tecnicamente, dentro de cada curso, mas humanisticamente também. Por isso, quanto mais questionadoras e reflexivas forem as aulas dos cursos de Fonoaudiologia, mais inclusão de conteúdos e ideias podem surgir. P12 comentou o seguinte: "*nós, em muitos lugares, somos procurados por pessoas muito diferentes de nós, com culturas diferentes. Com modos de conhecimento diferentes. Essas diferenças e essas singularidades são fundamentais, e isso só se faz se você tiver um respeito pelas pessoas e uma visão sistêmica, uma visão mais ampliada da realidade. Esse é um aprendizado complexo, pois perpassa pelas relações étnico-raciais. Tem que se discutir isso em algum momento. Eu estou mais do que convencida. É no meio acadêmico que temos que possibilitar espaços de conversa*".

O sistema educacional é um pilar de manutenção do racismo e consolidação de discursos hegemônicos (OLIVEIRA *et al.,* 2021), por isso, é preciso que mudanças aconteçam urgentemente. No livro "Anseios: raça, política e gênero", bell hooks (2019) fala que a educação deve existir para criar consciência crítica nas pessoas. Entretanto, a autora explica que, nas universidades, esse objetivo nunca é alcançado, pois o foco está apenas nas demandas de cada profissão e no próprio desenvolvimento profissional, e não no compromisso político radical. hooks continua sua escrita alertando sobre o conservadorismo encontrado nas instituições de ensino, o qual inibe o desenvolvimento de novas ideias e novos estilos de pensar e escrever. Para que, de fato, ocorra uma transformação, profissionais devem abrir mão do *status quo* que garante privilégios às/aos brancas/os há séculos e se engajar na luta por uma educação antirracista (HOOKS, 2013). Nesse contexto, Pinheiro (2020) revela que engajamento significa tomar atitudes de coragem, romper silêncios e ter compromisso político e epistemológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das/os docentes participantes deste estudo, em tese, têm interesse e entendem como relevantes as pautas raciais. No entanto, nota-se que são poucas/os as/os professoras/es que abordam a temática de fato em suas aulas. A temática das relações étnico-raciais não costuma provocar interesse em pessoas que não estão envolvidas na causa. Normalmente, participam de eventos, encontros e pesquisas sobre o tema, indivíduos que já têm um entendimento ou que se interessam pelo assunto. Ou seja, na prática acadêmica, esses conteúdos passam despercebidos e, quando são abordados, não chamam a atenção dos grupos privilegiados, somente daquelas/es já comprometidas/os com a causa (VALENTE; DANTAS, 2021).

As/os participantes docentes de cursos superiores de Fonoaudiologia do Rio Grande do Sul percebem como o racismo da sociedade se reflete nas universidades. Mesmo assim, revelaram surpresa em relação ao tema da pesquisa. Essas/es mesmas/os professoras/es relatam que assuntos sobre a temática, normalmente, surgem espontaneamente nas aulas, porém esses não fazem parte do planejamento de grande parte das/os entrevistadas/os. Possivelmente, essa demanda surge a partir da proposição de estudantes e, quando surgem nas aulas, docentes sentem receio de abordá-los e aprofundá-los, porque não dominam o tema.

Cabe ressaltar que a Fonoaudiologia, por contemplar disciplinas mais técnicas, faz com que as/os docentes sintam dificuldade para relacionar os assuntos das aulas com a temática das relações étnico-raciais ou não vejam importância em fazer essa relação. Entretanto, mesmo com todas as especificidades, os docentes não deveriam se furtar de contemplar as intersecções étnico-raciais, haja vista que as/os pacientes são atravessados

por questões físicas, motoras, sociais, culturais, psicológicas e emocionais que são determinantes para a saúde.

Mudar essa realidade faz parte de um processo gradativo de estudos, reflexões, incomodações, questionamentos e autoconhecimento, e requer muita luta, não apenas de pessoas que estão inseridas nos movimentos sociais, mas também daquelas/es que ocupam lugares de poder. A universidade, como um espaço que deveria refletir a sociedade, mas que ainda é hegemonicamente branca, precisa quebrar o silêncio sobre as temáticas étnico-raciais, o qual gera impactos na formação e na atuação de profissionais oriundos dela.

É urgente que mudanças ocorram em todas as estruturas educacionais do Brasil, incluindo a etapa de formação docente, visando a valorização de temas étnico-raciais nas salas de aulas. Tratando-se de um curso da área da saúde, incluir essa temática ao longo da graduação pode causar impactos positivos, e pode inclusive repercutir nos demais cursos, e promover mudanças no sistema racista que ainda move a universidade. Para isso, é fundamental que docentes estejam engajadas/os na causa, sejam confrontados com a temática, se informem e incluam assuntos étnico-raciais em suas aulas.

A falta de referencial teórico sobre o tema foi um fator limitante para este estudo. Por conta disso, é preciso que mais pesquisas sejam feitas, a fim de melhorar o entendimento sobre a temática das relações étnico-racias e preencher lacunas que ainda existem a respeito do tema. Espera-se que o estudo realizado provoque docentes, discentes e profissionais da área da saúde, como aquelas/es da Fonoaudiologia, a refletirem, debaterem e pesquisarem sobre o assunto tanto em meios acadêmicos e profissionais, quanto em meios sociais e cotidianos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. **PIOTTO, Débora Cristina. Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares. São Carlos: Pedro & João Editores**, p. 239-269, 2014.

BACKES, Dirce Stein et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATISTA, Alisson Ferreira. **Trajetos e percursos:** das (im) possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

BATISTA, Luis Eduardo; BARROS, Sônia. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 33, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes**, p. 5-58, 2002.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. Editora Perspectiva SA, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019. Brasília, 2021.

BRASIL. Lei n° 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de Setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm . Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2007.

CARDOSO, Ivanilda Amado; CASTRO, Rosane Michelli de. A ausência/presença das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia: o caso da Unesp/Marília. **Revista Práxis Educacional.** Vitória da Conquista–BA, v. 11, n. 18, p. 91-115, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. Geledes, 4 set. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/epistemicidio/. Acesso em: 07 out. 2021.

CARVALHO, J.J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, (68), 88-103, 2006.

CARVALHO, Leticia Ludovico. **Reflexões sobre racismo e áreas da saúde: análise de lives realizadas por profissionais da saúde no youtube.** Trabalho de Conclusão de Curso de Fonoaudiologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **O melhor das cotas**. Geledes, 1 set. 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-melhor-das-cotas-por-sueli-carneiro/. Acesso em: 07 out. 2021.

COELHO, Ingrid Mesquita et al. Preto lá faz faculdade? Uma revisão da literatura sobre racismo nas universidades brasileiras. **Revista Intersaberes**, v. 14, n. 32, p. 381-395, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES 5 de 19 de fevereiro de 2002. [*S. l.*], 4 mar. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n° 1 de 17 de junho de 2004 . [*S. l.*], 22 jun. 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n° 569 de 8 de dezembro de 2017. [*S. l.*], 26 fev. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n° 610 de 13 de dezembro de 2018. [*S. l.*], 16 abr. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi; LIPAY, Maíra Somenzari. A fonoaudiologia e sua inserção na saúde pública. **Revista de Ciências Médicas**, v. 16, n. 1, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-americana de enfermagem**, v. 6, p. 89-104, 1998.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.

GONÇALVES, D. I. F. Pesquisas de marketing pela internet: As percepções sob a ótica dos entrevistados. Revista de Administração Mackenzie, V. 9, N. 7, Nov/Dez 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho" Temas e Problemas da População Negra no Brasil. **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, v. 4, 1980.

HOOKS, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Editora Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 02/02/2023.

JACCOUD, Luciana. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. In: **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. 2009. p. 233-233.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 121-134, 2012.

MARTINS, A. R. N. . Racismo reverso: a construção de uma narrativa de esquiva. **Signótica**, Goiânia, v. 34, 2022. DOI: 10.5216/sig.v34.68851. Disponível em: https://revistas.ufg.br/sig/article/view/68851. Acesso em: 29 set. 2022.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade–novas práticas epistemológicas para entender o racismo. **Belo Horizonte: Mazza Edições**, 2007.

MOTA, André. Rios IC, Schraiber LB. **Humanização e Humanidades em Medicina.** São Paulo: Editora Unesp; 2012. 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

NASCIMENTO, Rita Gomes. A universidade não está preparada para a diversidade: racismo, universidades e povos indígenas no Brasil. **Universidades**, v. 72, n. 87, p. 73-89, 2021.

OCAÑA, Alexander Ortiz *et al*. Hacia una pedagogía decolonial en/desde el sur global. **Revista nuestrAmérica**, v. 6, n. 12, p. 195-222, 2018.

OLIVEIRA, Victor Hugo Neves et al. “A coisa tá preta, a coisa tá boa”: aquilombamento no contexto da formação universitária. **Revista UFG**, v. 21, 2021.

PATACHO, Pedro Manuel. Práticas educativas democráticas. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 39-52, 2011.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica & epistemicídio:** as faces ontológicas da morte no contexto do racismo. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2018.

PINHEIRO, Patrícia Magalhães. **Entre silenciamentos e resistências:** educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de ciências biológicas da UFSC. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.

RIZZO, Tamiris Pereira; DA FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho. Do estar à deriva ao aquilombamento: territorialidade e produção de saberes de coletivos negros da UFRJ. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-27, 2022.

REIS, Livia Maria da Silva. **Contribuições teóricas para a formação nos temas raça, gênero e saúde nos cursos de Fonoaudiologia**. Trabalho de Conclusão de Curso de Fonoaudiologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2018.

SILVA, Bárbara Rainara Maia; CRUZ, Silvia Helena Vieira. Educação das relações étnico-raciais na formação docente: o curso de pedagogia da UFC em foco. **Debates em Educação**, v. 14, p. 492-516, 2022.

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas, 22**(44), 2016. https://doi.org/10.20396/temáticas.v22i44.10977.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 535-549, 2016.